

FAZENDO PARTE SEM FAZER

Belonging not belonging

***Paula Werneck Vargens**

*Graduada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Mestre em Educação – Processos Formativos e Desigualdades Sociais – pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ) (Bolsista Faperj 2009 -2011). Trabalhou na Associação Jean Yves Olichon (2004 -2006), ODH Projeto Legal (2006 - 2007) e na organização não governamental Se Essa Rua Fosse Minha (2007-2009). Atualmente atua na Associação Ex-cola, sempre na defesa e garantia de direitos de crianças, adolescentes e jovens em situação de rua.

Email: paulavargens@gmail.com

Artigo recebido em setembro de 2010 e selecionado em outubro de 2010.

RESUMO

O artigo trata das políticas que atingem mais diretamente crianças e adolescentes em situação de rua, ou seja, as de segurança – mais especificamente a atual política de ordem. Estabelece um diálogo com os meninos por entender a necessidade de ouvi-los para poder pensar outras possibilidades de ações políticas, bem como compreender o sentido e o significado dessas posturas. No entanto, o debate sobre as políticas para infância e adolescência em situação de rua requer um debate sobre a própria definição desses meninos. O que efetivamente os transforma em “situação de rua”? A pesquisa se desenvolve com um estudo do espaço urbano para se pensar crianças e adolescentes em situação de rua, buscando a relação entre esses dois aspectos. As reflexões seguem com base no pensamento descolonial, na aposta da necessidade de um giro epistemológico em que seja possível pensar desde o sul. Como conclusão, o permanente fazer parte sem fazer desses meninos e meninas e a imprescindível necessidade de se

pensar com eles as políticas para a situação de rua. O predomínio da “segurança” vem reforçando o estereótipo do menino bárbaro, que deve ser contido, ordenado em seu espaço subalternizado na cidade.

Palavras-Chave: Políticas públicas. Situação de rua. Cidade.

ABSTRACT

The article is about the policies that most directly affect children and adolescents in street situation, ie, the security - more specifically the current political order. I establish a dialogue with the boys because I comprehend the need to listen to them in order to consider other possibilities for political action, as well as understand the meaning and significance of these slices. However, the debate about policies for children and adolescents in street situation requires a debate on the definition of these boys. What really turns them into “street boys”? The research develops a study about urban environment to think of children and adolescents on the streets, trying to build

the relationship between these two aspects. It moves forward on the basis of decolonial principles, assuming the need for an epistemological whereabouts, where it is possible to think from the south. In conclusion, there's a consolidated “making part without actually making anything” process of these boys and girls and the indispensable need to think with them the policies for the street situation. The predominance of “security” has reinforced the stereotype of the barbarian boy who should be restrained, indoctrinated in their subordinate space in the city.

Key words: Policies. Street situation. City.

As questões aqui levantadas resultam dos trabalhos já desenvolvidos por mim com crianças e adolescentes em situação de rua ou de abrigo, na luta pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes. As experiências com a forte violência do Estado – fosse por práticas de abrigo que ainda retiravam crianças de suas famílias por serem pobres; fosse pela luta para que adolescentes autores de ato infracional tivessem um devido processo com todas as garantias

ATUALIDADES EM EDUCAÇÃO

INES

ESPAÇO

Jul-Dez/10

72

legais; fosse na luta pelo direito de famílias de vítimas letais de violência do Estado, dentre outras que vinham me mostrando cotidianamente como esses meninos e meninas sabem muito mais da vida, dos mecanismos de poder e das estratégias de sobrevivência do que imaginávamos em um primeiro momento, absortos que estamos na lógica hegemônica ou, mesmo, na nossa experiência de vida, insuficiente para dar conta da multiplicidade de aspectos, tensões, condições e sentimentos constitutivos de uma forma de vida tão diversa e apartada da nossa.

Com base em uma formação atravessada por um viés de colonialidade (QUIJANO, 2005), tendemos a compreender esses meninos e meninas ou como vítimas a serem salvas ou bandidos a serem punidos, retirando-lhes a subjetividade e transformando-os em objetos a serem observados, estudados, avaliados e julgados, com os quais se estabeleça um diálogo, sem que se considere o que sabem, pensam e desejam para suas vidas.

As ciências sociais, como parte da ciência moderna, são tradicionalmente marcadas pela disciplinarização, especialização, síntese e análise. Entretanto, a complexidade da vida transborda de tal racionalidade, que não supre a necessidade de explicação das relações sociais, dos processos de significação, dos sujeitos e suas relações com o mundo. Essa necessidade é que promove a busca de novos referenciais teórico-epistemológicos. No bojo desse movimento, começa a surgir uma crítica própria dos países entendidos como *atrasados*, que passam a fazer uma leitura a partir do Sul, repensando a sua inserção naquilo que Wallerstein (2001) identifica como *“sistema-mundo”*.

As ciências sociais, como parte da ciência moderna, são tradicionalmente marcadas pela disciplinarização, especialização, síntese e análise. Entretanto, a complexidade da vida transborda de tal racionalidade, que não supre a necessidade de explicação das relações sociais, dos processos de significação, dos sujeitos e suas relações com o mundo.

Pensar a partir do Sul, no sentido atribuído por Sousa Santos (2010), implica compreender que há uma especificidade das condições de produção do pensamento social fora do eixo euro-norte-americano. Pensar a partir do Sul implica questionar a neutralidade e a universalidade do pensamento científico tradicional e reconhecer que as teorias produzidas o são desde seu contexto sócio-histórico e representam ideologias e interesses. Pensar a partir do Sul implica reconhecer que se produz pensamento aqui; não apenas se reproduz, ou adapta-se o conhecimento produzido no centro. Pensar a partir do Sul implica realizar um giro epistemológico e mudar o ponto de vista donde partem os

olhares sobre a realidade e o modo de compreendê-la.

Afirmar que o modo precarizado como estamos inseridos no contexto internacional é fundamental para o próprio funcionamento do capital, como vem sendo posto, altera significativamente o pensar científico e questiona visões tradicionais que explicam a situação dos adolescentes e jovens e falam de “soluções” para os “desvios”, sem considerar que são parte de um mesmo sistema de estruturação da sociedade. Ao reconhecer a multiplicidade de modos de se produzir conhecimento – não apenas através de métodos científicos –, reconhecemos que não há apenas uma verdade, “a verdade”. Deste modo, o objetivo das ciências não é “chegar à verdade mais verdadeira”, mas contribuir em processos que fortaleçam movimentos em busca de uma outra sociedade.

Abre-se o debate sobre as formas de pesquisa, os saberes subalternizados e as relações com aqueles que até então eram apenas os objetos da pesquisa. Não cabe mais a ideia de uma pesquisa sobre algum grupo. O pesquisador não é neutro, e aquele acerca de quem se faz o estudo tampouco se reduz. São sujeitos, suas falas são carregadas de sentidos, signos, símbolos. É deste modo que a proposta de pesquisa-ação-participação defendida por Fals Borda ganha força. Entende que, na realização de uma pesquisa comprometida com possibilidades de transformação, um dos primeiros movimentos deve ser a ruptura da relação de dominação implícita na construção da relação entre sujeito-objeto, uma vez que traz em sua formulação a relação de dominação-dependência (como na relação entre professor-aluno, por exemplo). Assumir a pesquisa

como relação entre sujeitos (sujeito-sujeito) favorece a construção de outras possibilidades epistemológicas, ideológicas, sociais e políticas, bem como o reconhecimento dos saberes populares.

É nesse sentido que justificamos o estudo dos saberes populares produzidos no cotidiano, como partes integrantes do sistema social. A importância do contexto nas elaborações, entendendo o sujeito constituinte e constituidor do meio em que está inserido, nos leva para caminhos de pesquisa dialógicos. Por sua vez, a ruptura com a concepção de um tempo linear, único, como se a história fosse uma linha evolutiva única pela qual todos passassem pelos mesmos pontos, existindo os “avançados” e os “atrasados”, nos oferece elementos para leituras fora do esquema que prioriza o olhar sobre a falta, sobre o que eles não têm.

A aposta em um diálogo com meninos e meninas em situação de rua é decorrência da convicção da necessidade de recusa da perspectiva científica hegemônica que enfatiza a linearidade, a hierarquia entre sujeito e objeto, as interpretações evolutivas... para que se possa dialogar com os conhecimentos acumulados pelos grupos subalternizados. A busca por um diálogo com a garotada é uma busca cotidiana e se mostra um exercício complexo de ruptura com os modelos hegemônicos que tendem a considerar que eles, enquanto outros, não possuem um conhecimento próprio. Apostamos ainda que somente a partir desse encontro é possível pensar em políticas públicas que rompam com a lógica criminalizante da pobreza, que recai sobre os que se encontram em situação de rua, segundo nos parece, ainda de modo mais contundente.

A complexidade dos saberes das classes populares - os quais, como os de todos os demais grupos sociais, são múltiplos e referendados em diferentes ideologias - traz “dialeticamente possibilidades de manutenção do status quo e de transformação, na medida em que podem ser acríticos e reforçadores de mitos e dependência, mas podem também ser críticos e desmistificadores da ideologia dominante” (LEITE GARCIA; VALLA, p. 11). É diante de tal complexidade que identificamos a importância desse encontro para a construção de um outro modelo de sociedade. Seguindo a reflexão, os autores citados apontam que

[...] para trabalhar junto com os grupos populares há que se romper com a onipotência historicamente construída, assumindo o conteúdo de classe presente na relação entre intelectuais e ‘não-intelectuais’ e se abrir para o ‘outro’ numa relação de troca entre diferentes, que se encontram na luta comum contra o poder que obstaculiza, que proíbe, que invalida o discurso e o saber populares. (LEITE GARCIA; VALLA, p. 12)

O reconhecimento e a valorização dos saberes dos grupos subalterni-

zados nos impõem uma busca de paradigmas teórico-epistemológicos (QUIJANO, 2005; DUSSEL, 2005; MIGNOLO, 2003; FANON, 2005) que se coadunem com o diálogo com o hegemonicamente colocado como um outro sem saber e sem cultura. Nesse sentido, ainda em diálogo com Leite Garcia e Valla, entendemos que silêncios, posturas, gestos são, juntamente com as palavras desses sujeitos, os modos de nos dizerem um pouco dos seus saberes, de apontarem um pouco de suas estratégias de luta e sobrevivência.

A busca por outras epistemologias surge, então, com o reconhecimento dos saberes subalternizados e leva à necessidade de novas práticas metodológicas. Outras epistemologias vêm, assim, indicar possibilidades de diferentes leituras sobre o estar no mundo, de forma que a própria luta pelo poder adquira novo sentido, passando pela necessidade de rever a racionalidade do sistema-mundo moderno/colonial, ao reconhecer a impossibilidade de se transformar a base de um sistema mundo que serve para manter a dominação. No intuito de se estabelecerem outros modos de estar no mundo, com

A busca por outras epistemologias surge, então, com o reconhecimento dos saberes subalternizados e leva à necessidade de novas práticas metodológicas. Outras epistemologias vêm, assim, indicar possibilidades de diferentes leituras sobre o estar no mundo, de forma que a própria luta pelo poder adquira novo sentido, passando pela necessidade de rever a racionalidade do sistema-mundo moderno/colonial, ao reconhecer a impossibilidade de se transformar a base de um sistema mundo que serve para manter a dominação.

ATUALIDADES EM EDUCAÇÃO

INES

ESPAÇO

Jul-Dez/10

74

outras estruturas de poder, é preciso optar por práticas educativas e de pesquisa que apostem para o diálogo e busquem outras concepções de saber, bem como outras metodologias de ensinar, de aprender e de pesquisar.

O encontro com o pensamento descolonial tem nos garantido um importante diálogo. O giro epistemológico, como proposto por Mignolo, quando se desloca o olhar desde o Sul, para o Sul, e com o Sul, promove uma mudança de perspectiva que identifica os saberes dos subalternizados e neles aposta. Entendemos que, inseridos na Modernidade, fazemos parte dela justamente pelo papel subalternizado que, como latino-americanos colonizados, ocupamos; entendemos que aqui se produz conhecimento de um modo próprio, para além da reprodução, ou da resistência ao modelo eurocêntrico imposto desde a colonização, e assim, rompendo com a racionalidade moderno-colonial, apostamos na capacidade de todos produzirem conhecimentos, o que inclui os que se encontram em situação de rua. O pensamento descolonial nos oferece um instrumental teórico para que possamos questionar essa Modernidade Ocidental tão naturalizada e incorporada ao nosso modo de ver o mundo ao nos propiciar elementos teóricos para combater essa dominação epistemológica que perpassa a produção científica.

O caminho metodológico seguido envolveu pesquisa de campo fundada em atividades de acompanhamento e abordagem regular dessas crianças e adolescentes, com vistas ao estabelecimento de um diálogo constante, mediado por metodologias que valorizassem os saberes subalternizados e pela construção coletiva e dialógica como possibilidade de produção de conhecimentos que rompessem com essa subalternidade. O trabalho direto

e o envolvimento com a temática, bem como a luta pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes me provocou a elaborar essa pesquisa.

Diante do tipo de questões que impulsionaram a investigação, optamos pela inserção na equipe do Núcleo de Educação Popular a partir das Ruas (NEPaR), da ONG Se Essa Rua Fosse Minha (SER), que trabalha desde 1991 com crianças e adolescentes em situação de rua, com base na metodologia do circo social, e aposta na cultura e na arte como forma de reinventar o espaço urbano. O objetivo desse trabalho de campo foi poder criar espaços para que os jovens em questão pudessem trazer seus saberes, para que fosse possível dialogar com eles no sentido de refletir sobre como fazem uso do espaço urbano e, na disputa de sentidos, o reinventam através de diversos mecanismos, de sua presença física, sua cultura, arte e modos de estar no mundo. A inserção na equipe do NEPaR fez com que participasse ainda das diversas reuniões e debates sobre a situação de rua, com a elaboração de relatórios que, como documentos institucionais, serviram também de fonte para a pesquisa final, ao lado do caderno de campo e dos registros anteriores à pesquisa – que não poderiam ser descartados, visto fazerem parte da própria trajetória de investigação que me traz aqui.

A proximidade do grupo com a equipe e a confiança depositada possibilitaram inúmeros diálogos que um procedimento comum de entrevista não conseguiria captar. Por outro lado, o fato de estarmos na rua, no contexto dos meninos, nos levava a conviver com uma série de elementos que modificavam significativamente nossa forma de diálogo com eles. A presença incontestável, por exemplo, do *thinner* – droga utilizada por

praticamente todos –, fazia com que os diálogos fossem atravessados pelos efeitos desta droga, o que tornava os diálogos quase impossíveis de serem transcritos literalmente. Essa forma de diálogo exigiu a produção de uma forma correspondente de registro e, posteriormente, também uma forma correspondente de relato. No caso do registro, temos que considerar que muito pouco podia ser anotado na hora, ou pela resistência dos meninos em terem suas falas anotadas, ou pela própria dinâmica das atividades, o que impedia que se parasse para registrar. Assim, durante as abordagens eram registradas algumas falas mais marcantes e, em seguida, feito o registro referente àquele dia. Ao final de cada mês, a equipe produzia um relatório com base nos registros individuais, momento em que muito se debatia e refletia sobre cada um, bem como sobre o contexto da rua. Ambos os materiais (caderno de campo e relatórios) serviram de base para as reflexões dessa pesquisa. No caso do relato, optamos por uma forma narrativa que nos permitisse apresentar, simultaneamente, o contexto da conversa, o seu desenrolar, os recursos expressivos utilizados, buscando sempre o máximo de coerência possível com o que nos haviam contado, ou com o que havíamos vivido, mesmo sabendo o risco do olhar interventor do pesquisador.

O trabalho direto nas ruas traz implicações objetivas na pesquisa, como a ordem dos assuntos, que também podia ser frequentemente configurada a partir de múltiplos eixos de interferência e intervenção: desde a presença, ou não, do lanche, a passagem de pessoas que chamavam a atenção da garotada, a chegada de outros do grupo, e diretamente, a quantidade de *thinner* utilizada e disponível no momento da abordagem (a

droga os deixa muito mais dispersos). Por fim, nossa apreensão de todas as informações e sentidos contidos em cada uma das situações parecia acontecer “em camadas”, já que, pela multiplicidade e simultaneidade de falas, ocorrências, interferências, parte da montagem final de cada abordagem dependia sempre de um olhar coletivo, proporcionado pelos permanentes diálogos, trocas e reflexões com a equipe de educadores do Se Essa Rua. Essas trocas foram sempre essenciais para podermos compreender mais e melhor o que estava sendo colocado e registrado.

A compreensão de que a pesquisa trabalha e debate com e sobre sujeitos inviabiliza a possibilidade, mesmo que remota, de uma “reconstrução científica” das experiências vividas. Tampouco poderíamos descartá-las em nome de uma “cientificidade”, inclusive por serem constitutivas do foco de análise. Muitos dos aspectos aqui analisados são frutos dessa trajetória, que vem se somar à pesquisa de campo que foi desenvolvida mais diretamente ao longo da realização deste trabalho.

A busca por entender a violência estatal, sua relação com as práticas educativas e a lógica de políticas públicas, foi o que me levou a questionar sobre o que pensam os meninos e meninas em situação de rua sobre sua forma de vida e as políticas que sobre eles recaem. A opção pelo trabalho com aqueles que se encontram em situação de rua veio pela compreensão de representarem um caso particular da situação da pobreza no Rio de Janeiro. Reafirmá-los no contexto da cidade foi um passo necessário para que pudéssemos repensar o sentido tanto das políticas, quanto das falas. É desse movimento que nasceu esta pesquisa e é também por todo esse compromisso que não pude aban-

A compreensão de que a pesquisa trabalha e debate com e sobre sujeitos inviabiliza a possibilidade, mesmo que remota, de uma “reconstrução científica” das experiências vividas.

donar o caminho até aqui trilhado.

O movimento de pesquisa foi feito com base nas reflexões do pensamento descolonial. Pensar a modernidade como um sistema que abarca não apenas os europeus, mas todos os povos, raças e culturas que se encontram integrados em um mesmo processo desde o período da colonização das Américas, nos recoloca questões sobre os papéis e lugares nesta sociedade. Vale retomarmos o que Quijano (2005) nos diz sobre o modo de produzir conhecimento que perpassa nossa sociedade, marcando o viés de colonialidade:

O confronto entre a experiência histórica e a perspectiva eurocêntrica de conhecimento permite apontar alguns dos elementos mais importantes do eurocentrismo: a) uma articulação peculiar entre um dualismo (pré-capital - capital, não europeu - europeu, primitivo - civilizado, tradicional - moderno, etc.) e um evolucionismo linear, unidirecional, de algum estado de natureza à sociedade moderna, europeia; b) a naturalização das diferenças culturais entre grupos humanos por meio de sua codificação com a ideia de raça; e c) a distorcida relocalização temporal de todas essas diferenças, de modo que tudo aquilo que é não-europeu é percebido como passado. (QUIJANO, 2005, p. 250)

É dentro dessa concepção que entendemos que crianças, adolescentes

e jovens em situação de rua estão inseridos no contexto da modernidade, especificamente no lado sombrio da modernidade (MIGNOLO, 2005), visto que, apesar de fazerem parte dela, leituras do senso comum muitas vezes tendem a negá-los, reproduzindo a imagem de que um dia eles chegarão à modernidade. A leitura hegemônica carregada pela colonialidade fica marcada por um olhar que identifica a modernidade a partir de um prisma eurocentrado e, assim, aloca meninos e meninas em situação de rua como fora, excluídos da sociedade e, conseqüentemente, da modernidade.

No entanto, apostamos que eles não estão fora ou excluídos, mas inseridos de modo a garantir a riqueza e a produção de bens e capitais para a elite dominante, a quem muito interessa que se mantenham nesse lugar social – como interessavam os escravos. Ou, como nos ensina Martins (2002, p. 11): “a sociedade que exclui é a mesma sociedade que inclui e integra, que cria formas também desumanas de participação, na medida em que delas faz condição de privilégios, não de direitos”. A ideia da inclusão por privilégio, ou seja, não por direitos sociais e políticos, é um dos aspectos que ainda permanece em nossa sociedade, e que, como bem aponta o professor, se escancara na compreensão do pobre como um “desprivilegiado”, indicando uma forma antidemocrática de inclusão. Por sua vez, a categoria exclusão é vaga e desconsidera as múltiplas situações em que vivem os diferentes grupos, inclusive o fato de não se perceberem “excluídos”, como os definem os que pensam sobre a “exclusão”, e aponta para a insuficiência da definição para pensar as desigualdades sociais (MARTINS, 2002).

A ideia de excluídos estaria pro-

ATUALIDADES EM EDUCAÇÃO

INES

ESPAÇO

Jul-Dez/10

76

fundamente relacionada a estarem fora do circuito econômico, sem possibilidade de fazer história. O reconhecimento da existência de múltiplas histórias, e não mais a compreensão eurocentrada de uma linha evolutiva única, reforça o caráter colonial da categoria e, associada às mudanças sociais - em que cada vez mais o pobre, como sujeito inserido na sociedade moderna, assume a sociedade de consumo ostensivo, alterando o estado da pobreza -, nos põe a pensar na complexidade das formas de inclusão/exclusão. Um segundo ponto é decorrente dos ciclos que marcam a vida e empurram para a realização de diferentes atividades, muitas vezes também ilícitas, para assegurar a inclusão, mesmo que precária. A transitoriedade da vida nas ruas pode ser compreendida de modo semelhante, ou seja, de algum modo eles conseguem “fazer um dinheiro” e, mesmo que gastem parcela significativa no consumo de drogas, estão de alguma maneira inseridos no circuito.

O discurso construído de que esses meninos e meninas são excluídos socialmente, que estão fora dos meios de produção, ou fora do sistema, muito comum no pensamento social hegemônico, ignora que, por diversos modos, eles acabam se inserindo nos circuitos de produção. A própria dinâmica de suas vidas, marcada por um forte trânsito com passagens em diferentes espaços (casa, rua, comunidade, abrigos, internações, instituições etc.), acaba envolvendo-se em diferentes níveis com os processos sociais institucionalizados.

Hoje a vida de jovens pobres, a vida no meio das ruas parece também fazer parte do quadro social. Interessante observar que a construção de que essas pessoas estão fora de certo

modo naturaliza o sistema e diversos mecanismos de exploração, sempre com um discurso híbrido, que tanto serve para justificar maior controle e repressão quanto para promover ações assistencialistas, que, longe de resolverem o problema, parecem contribuir para a manutenção do mesmo.

Desde esse prisma, quando olha-

O discurso construído de que esses meninos e meninas são excluídos socialmente, que estão fora dos meios de produção, ou fora do sistema, muito comum no pensamento social hegemônico, ignora que, por diversos modos, eles acabam se inserindo nos circuitos de produção.

mos para os meninos e meninas que vivem em situação de rua e os inserimos no contexto social atual - que, com a ascensão do neoliberalismo, vem sendo cada vez mais pautado pelo discurso da segurança pública -, vemos que a própria precariedade e fragilidade do modo de inserção a que estão submetidos contribui para o movimento gerador do capital. É, contudo, uma inclusão perversa, pautada “na degradação da pessoa e na desvalorização do trabalho como meio de inserção digna na sociedade” (MARTINS, 2002, p. 124).

A inclusão perversa, que subalterniza cada vez mais esses meninos

e meninas, ocorre ainda pelo lado da produção. Não nos referimos aqui à produção realizada por eles, mas aquela decorrente do giro de capitais que o discurso sobre eles provoca. Cada vez mais a dinâmica do capital entende uma parcela da população como descartável, sendo passível de extermínio. O jovem negro e pobre, o “bárbaro da vez”, deve ser contido, controlado, ordenado, civilizado. A ascensão do neoliberalismo, que substitui o estado social pelo estado penal, reorienta o tratamento dado à população pobre, pautando um profundo processo de criminalização da pobreza. E é neste ponto que esses meninos e meninas, esses jovens em sua maioria negros, que por si se inserem de modo radicalmente perverso na sociedade, passam a ter um novo papel na dinâmica do capital, sendo quase que re-inseridos em um limite: a identificação deles como bárbaros, representantes do “atraso”, da “desordem”, favorece que dentro da racionalidade moderno-colonial se desenvolva tanto o discurso da necessidade de salvá-los quanto a demanda por punição. Tal demanda, por sua vez, inserida em um contexto de criminalização da pobreza, adquire características cada vez mais bélicas, com forte investimento no sistema prisional.

Construir a imagem de um menino selvagem, de um monstro social que deve ser exterminado, que é uma ameaça a ser contida, e insistir nessa caracterização parece corresponder à atual lógica social, como parte motivadora da circulação do capital. A “guerra ao tráfico”, o “combate à desordem” parecem realizar um excelente modo de controle e gestão da pobreza. Não é à toa que o controle pelo medo é um artifício usado na América Latina desde o início da

colonização.

Entendemos que o processo de criminalização da pobreza e de giro do capital por meio da indústria bélica não necessitam dos meninos e meninas em situação de rua para existir. Sua maquinaria é muito maior e independente desse único fator, porém, não podemos deixar de mencionar como fazem parte desse processo, inclusive pelo próprio trânsito que caracteriza suas vidas; e, se em um momento estão nas ruas, em outro podem estar nas comunidades, sempre vítimas do processo de criminalização da pobreza. E, por diversas ações sobre eles, esses meninos e meninas pobres das comunidades subalternizadas contribuem para a movimentação e manutenção do capital: como alvo das políticas de repressão, alvo da violência policial direta e quando são internados no sistema de medidas socioeducativas do Departamento Geral de Assistência Socioeducativa (DEGASE).

Nesse sentido, vale ainda mencionar um fato que vem sendo observado no trabalho nas ruas. O aumento de ações de recolhimento, ou a maior sistematicidade de tais ações, tem, como vimos, como consequência direta, a fragmentação dos grupos, o que tem trazido desdobramentos na vida desses meninos e meninas. Além da maior exposição aos riscos, visto que o grupo é uma proteção em si, a sistematicidade das ações, acompanhada de um apoio midiático que vem ganhando espaço na sociedade, tem se observado o maior envolvimento no tráfico de drogas. Hoje, além do aumento de depoimentos de meninos envolvidos com roubos e furtos, temos relatos da atuação como “aviãozinho”, prestando serviços para meninos das classes médias que não querem subir

às comunidades em busca da droga que irão consumir, aspecto que era raro até 2007, como observa Marília, educadora do Nepar.

A inserção precarizada reforça a ideia de que eles fazem parte sem fazer. A instabilidade de seus papéis sociais os faz, em determinados momentos, estar mais inseridos, mesmo que precariamente e de modo profundamente subalternizado do que em outros. A complexidade de suas vidas e dos fios que a atravessam faz com que estejam inseridos sem estar. E aqui retomamos a relação deles com a cidade.

Quando esses mesmos meninos e meninas estão nas comunidades,

Quando esses mesmos meninos e meninas estão nas comunidades, são quase invisíveis. São meninos pobres que, em uma comunidade pobre e subalternizada, vivem onde lhes é destinado viver.

são quase invisíveis. São meninos pobres que, em uma comunidade pobre e subalternizada, vivem onde lhes é destinado viver. Como meninos negros e pobres, devem se manter na comunidade suja e mal afamada (FANON, 2005). No entanto, a complexidade da vida, suas múltiplas histórias e demandas, e mesmo as contraditoriedades dessa racionalidade moderno-colonial - que, tendo no capitalismo sua expressão econômica, como uma estrutura de

controle do trabalho, dos recursos e dos produtos, necessita da inclusão de todos para sua manutenção -, fazem com que algo ocorra nesses meninos e meninas, que em um movimento de indagação procurem outras possibilidades de vida.

Carregados de inconformismo, saem em busca do novo. Gregori (2000) observa que a violência do lugar de origem, com a presença sistemática de armamentos e ameaças, com os direitos básicos violados, faz com que não se estabeleça uma distinção tão grande da violência das ruas, ao mesmo tempo em que a realidade das ruas não é tão impensada - é também ela quem observa que muitas vezes, em um primeiro momento, vão para as ruas com suas próprias famílias para venderem doces.

A vida nas ruas demanda uma série de *expertises*, que, somadas a esse questionamento inicial, favorecem a consolidação da vida em uma espaço temporalidade própria, que, apesar de se encontrar em certos pontos com o pensamento hegemônico, em muito dele se distancia. Desse modo, a inclusão perversa a que estão submetidos contribui na criação de um referencial específico que a própria racionalidade moderno-colonial não comporta. É nesse sentido que entendemos que esses meninos e meninas não apenas resistem, mas re-existem na cidade. Para além de vítimas a serem salvas, ou bandidos a serem punidos, questionam o mundo que os cerca. Não é ao acaso que identificam na “mulher branca” o alvo de suas raivas. O conhecimento histórico das opressões vividas se faz presente, talvez em um movimento, ainda que contraditório, de demanda por uma retaliação.

É nesse sentido que entendemos que as políticas públicas para crianças

ATUALIDADES EM EDUCAÇÃO

INES

ESPAÇO

Jul-Dez/10

78

e adolescentes em situação de rua só serão efetivas se considerarem suas demandas e especificidades. Como sujeitos questionadores do mundo, produtores de conhecimento, eles sabem de suas necessidades, têm suas próprias leituras de mundo, como fica expresso na fala desta jovem mãe, sobre a bandeira do Brasil que havia pintado¹:

O verde que representava as matas, eu coloquei as queimadas que hoje em dia tem, o desmatamento também para fazer condomínio de luxo, e as favelas. Porque também não é só a favela que toma o lugar das matas, não. Tem muito condomínio de luxo que toma a praia, a mata... estão destruindo tudo da gente. O amarelo do ouro, os capitalistas tiraram da gente, hoje em dia a gente tem que pagar muito caro. Então, o ouro, a bem dizer não é nosso, é dos outros, não é nosso. Os nossos rios estão poluídos, nossos mares, praias, lagoas, estão todos poluídos, viraram desova, lixeira. E, no caso da ordem e progresso, eu acho que no Brasil a gente já não tem nem ordem, e o progresso também eu acho que está muito longe. Eu espero que progrida mesmo, porque eu espero um futuro melhor para os meus filhos, mas no momento agora eu acho que não tem, para mim é só violência².

A ruptura com a racionalidade eurocentrada é um esforço cotidiano. A tendência a darmos continuidade ao padrão de dominação euro-norte-americano é muito forte, uma vez que somos atravessados por uma colonialidade do saber e do poder nas diferentes esferas do cotidiano.

A jovem mãe nos dá mais elementos para pensarmos juntos a cidade. O estabelecimento de espaços para uma troca real, como ocorre no Fórum de Meninos e Meninas em Situação de Rua³, nos parece um caminho mais interessante, mas que, no entanto, demanda uma ruptura com a lógica da racionalidade moderno-colonial e o

deslocamento do olhar, de modo que não sejam mais o outro objetificado.

A ruptura com a racionalidade eurocentrada é um esforço cotidiano. A tendência a darmos continuidade ao padrão de dominação euro-norte-americano é muito forte, uma vez que somos atravessados por uma colonialidade do saber e do poder nas diferentes esferas do cotidiano. A identificação com tal racionalidade acaba por orientar políticas públicas, ações e programas, e assim estes tendem a reproduzi-la, definindo “zonas de risco”, “grupos de risco”, “ações civilizatórias”, dentre diversas outras que se pautam na compreensão da história como uma linha evolutiva que sai da barbárie e chega à modernidade europeia. Orienta ainda os conteúdos escolares, dos filmes, dos livros, e ao contarem a história do vencedor, repetidas vezes, insistem na inferioridade do negro, na submissão das mulheres, na selvageria dos índios, dentre diversos outros estereótipos. É por isso que compreendemos que não é possível a construção de um outro modelo de sociedade sem um trabalho cotidiano de luta, resistência e re-existência.

1 Oficina “estética do oprimido” realizada pela Childhope Brasil, agosto de 2009, Rio de Janeiro no Fórum de Meninos e meninas em situação de rua.

2 Fala transcrita do vídeo *Protegendo Vidas*. No filme não se identifica a adolescente. Produção: Se Essa Rua Fosse Minha, Excola e Unicef. 2010.

3 O Fórum de meninos ocorre desde 2003 como uma ação da Rede Rio Criança e constitui-se como um espaço lúdico-pedagógico onde meninos e meninas atendidos pelas 17 instituições que compõem a Rede têm a possibilidade de se encontrarem para trocas e debates.

Referências bibliográficas

FANON, F. *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

GREGORI, M. *Viração: experiências de meninos nas ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LEITE GARCIA, R.; VALLA, V. A fala dos excluídos. In: *Cadernos Cedes*, Campinas, Papirus, p. 9-17.

MARTINS, J. *A sociedade vista do abismo*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MIGNOLO, W. A colonialidade de cabo a rabo. In LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.